



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB

Processo n.º 08000890420218150311

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AILTON FERREIRA DA LUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

Desde já a demandada **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o pedido contido na petição ID [53610985 - Comunicações \(MANIFESTAÇÃO AILTON\)](#), pois NÃO HÁ qualquer saldo devido a ser quitado.

Veja, Nobre Julgador, que a própria exequente colacionada o dispositivo da sentença que traz a previsão da DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA, vejamos:

*(...) Diante da sucumbência recíproca (art.86, CPC), CONDENO as partes na proporção de 70% (setenta por cento) pela promovida e 30% (trinta por cento) pela parte promovente, no tocante às custas processuais e honorários sucumbenciais, estes fixados em 20% do valor atualizado da condenação (art. 85, §2º CPC). Face ao deferimento parcial da gratuidade da justiça a parte autora e SUSPENDO a exigibilidade das obrigações decorrentes da sua sucumbência (art.98, §3º, CPC/2015)".*

Por óbvio, tendo em vista que a promovida ficou responsável por tão somente 70% no tocante às custas E honorários, **cabe o pagamento tão somente de 14%, ou seja, 70% de 20%**, conforme cálculo apresentado no ID 51190593 e comprovante de pagamento ID 51190593. Pelo exposto, estando CABALMENTE COMPROVADO que o pagamento se deu nos exatos termos da condenação, **vem postular pela extinção dos autos nos termos do art. 924, II, CPC.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PRINCESA ISABEL, 4 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

